PROJETO DE LEI N°

(Do Sr. JULIO CESAR RIBEIRO)

Altera a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, na forma estabelecida pela Lei nº 13.640, de 26 de março de 2018, para dispor sobre a obrigatoriedade de instalação de câmeras de segurança nos veículos utilizados por aplicativos de transporte e sobre a vedação ao credenciamento de motoristas condenados por crimes contra a dignidade sexual ou de violência doméstica e familiar contra a mulher.

, DE 2025

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei altera a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, na forma estabelecida pela Lei nº 13.640, de 26 de março de 2018, para dispor sobre a obrigatoriedade de instalação de câmeras de segurança nos veículos utilizados por aplicativos de transporte e sobre a vedação ao credenciamento de motoristas condenados por crimes contra a dignidade sexual ou de violência doméstica e familiar contra a mulher.

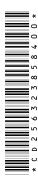
Art. 2º A Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, passa a vigorar com as seguintes alterações:

IV – exigir a instalação de câmeras de segurança para registro de imagens e áudio durante as viagens, assegurando que sua utilização respeite a legislação vigente, em especial a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) e o Marco Civil da Internet,
devendo a presença das câmeras ser sinalizada de forma visível para passageiros e motoristas.
Art. 11-B
IV aprocentor cortidão pagativa do antocodentos criminais

"Art. 11-A

 IV – apresentar certidão negativa de antecedentes criminais, comprovando a inexistência de condenação transitada em julgado, especialmente por crimes contra a dignidade sexual,





violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos da legislação vigente."

Art. 3 º Os municípios e o Distrito Federal, no exercício da competência regulamentadora prevista na Lei nº 13.640/2018, deverão garantir o cumprimento do disposto nesta Lei, podendo estabelecer normas complementares para fiscalização e implementação das medidas de segurança aqui previstas.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor em 90 dias a contar da data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A crescente popularização dos aplicativos de transporte trouxe inegáveis benefícios à mobilidade urbana, mas também expôs passageiros e motoristas a riscos relacionados à segurança. Casos de crimes praticados durante corridas, em especial contra mulheres, têm sido recorrentes e demandam respostas legislativas urgentes e eficazes.

O presente projeto de Lei tem dois objetivos fundamentais. Primeiramente, aprimorar a segurança no transporte por aplicativo, determinando a instalação obrigatória de câmeras de videomonitoramento nos veículos.

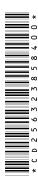
Estudos demonstram que a presença de câmeras inibe a prática de crimes e auxilia na elucidação de eventuais delitos. Ademais, a legislação proposta assegura que a gravação e armazenamento das imagens e sons respeitem as normas da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), garantindo a privacidade dos usuários e trabalhadores.

Em segundo lugar, mas não menos importante, impedir que pessoas condenadas por crimes sexuais ou violência doméstica atuem como motoristas de aplicativo, prevenindo a ocorrência de novas infrações e promovendo um ambiente mais seguro para passageiros, especialmente para as mulheres. Tal medida já é aplicada em algumas legislações estaduais e distritais e deve ser estendida a todo o território nacional.

Por fim, estabeleceu-se um período de *vacatio legis* de 90 dias a partir da data de publicação desta Lei, garantindo um prazo adequado para que as plataformas e motoristas promovam as adaptações necessárias ao seu cumprimento.

Dessa forma, a medida visa garantir segurança e privacidade, assegurando que a captação dos dados ocorra de forma transparente, preservando os direitos fundamentais previstos na legislação vigente, como também, estabelecer medidas de proteção que vão além da instalação de câmeras.





Apresentação: 26/02/2025 11:26:55.907 - Mesa

Diante da relevância do tema e do impacto positivo que essa medida trará à segurança dos brasileiros, conclamo os nobres pares a apoiar a aprovação deste Projeto de Lei.

Sala das Sessões, em de de 2025.

Deputado JULIO CESAR RIBEIRO

